

A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS: entre a representatividade e a produção acadêmica

Débora Cristina Jeffrey¹

Resumo

A política de ações afirmativas representa uma política pública amplamente analisada pela opinião pública, comunidade acadêmica entre outros espaços envolvidos diretamente na efetividade do sistema de cotas étnico-raciais, especialmente após a aprovação da Lei 12.711/2012 que dispõe sua adoção em instituições do sistema federal de ensino (Institutos Federais e Instituições do Ensino Superior). No entanto, como campo de estudos e pesquisas na área de política educacional, tendo em vista o subsídio de ações afirmativas pelos gestores de instituições de ensino superior, ainda representa um processo em constituição. A partir desta problematização, o presente artigo objetiva analisar tal proposição, mediante levantamento documental de Dossiês envolvendo a temática e que foram publicados entre os anos de 2003 e 2021, em periódicos na área de política educacional e relações étnico-raciais, utilizando os seguintes descritores: ação afirmativa, ações afirmativas, política de ações afirmativas e política de cotas. Evidenciou-se que a representatividade da política de ações afirmativas nas publicações selecionadas está diretamente vinculada como sinônimo do sistema de cotas étnico-raciais, sem que se considere as especificidades que envolvem a área de análise de políticas educacionais, permitindo o subsídio das ações dos gestores de instituições de ensino superior públicas.

¹ Professora Livre Docente (MS5.1) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Educação, Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais (DEPASE). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Avaliação Educacional (GEPALE). Vice-Presidente da Região Sudeste da Sociedade Brasileira de Educação Comparada -SBEC (2021-2023), Foi Presidente da Comissão Assessora de Diversidade Étnico-Racial da Diretoria Executiva de Direitos Humanos da Unicamp (2019-2021), Coordenadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Unicamp (2016-2018), Chefe do Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais (DEPASE) da Faculdade de Educação/ Unicamp (2011-2015). Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas (1999), Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2001), Especialização em Gestão Escolar pela Universidade Metodista de Piracicaba (2002), Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2006), Livre-Docente na área de Política Educacional pela Universidade Estadual de Campinas (2015) e Pós- Doutorado em Educação na Universidade Federal de São Paulo (2020). Possui as seguintes premiações: Zumbi dos Palmares (Câmara Municipal de Campinas - 2020), Força da Raça (Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra de Campinas - 2012) e 33o. Prêmio Nacional Fundação Bunge Juventude (Fundação Bunge - 2012). Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: política educacional, análise de políticas e programas educacionais, avaliação de sistemas educativos, gestão educacional, educação de jovens e adultos e ações afirmativas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5266-5037>. E-mail: debora.jeffrey@gmail.com.

Palavras-chave: Política de Ações Afirmativas; Política Educacional; Sistema de Cotas Étnico-Raciais; Gestão Pública.

THE AFFIRMATIVE ACTION POLICY: between representativeness and academic production

Abstract

The affirmative action policy represents a public policy widely analyzed by public opinion, the academic community and other spaces directly involved in the effectiveness of the ethnic-racial quota system, especially after the approval of Law 12,711/2012, which provides for its adoption in institutions of the federal system. (Federal Institutes and Higher Education Institutions). However, as a field of studies and research in the area of educational policy, in view of the support of affirmative action by managers of higher education institutions, it still represents a process in formation. From this problematization, this article aims to analyze this proposition, through a documentary survey of Dossiers involving the theme and that were published between the years 2003 and 2022, in journals in the area of educational policy and ethnic-racial relations, using the following descriptors : affirmative action, affirmative action policy and quota policy. It was evidenced that the representativeness of the affirmative action policy in the selected publications is directly linked as a synonym of the ethnic-racial quota system, without considering the specificities that involve the area of analysis of educational policies, without being able to subsidize the actions of managers of public higher education institutions.

Keywords: Affirmative Actions Policy; Educational politics; Ethnic-Racial Quota System; Public administration.

LA POLÍTICA DE ACCIÓN AFIRMATIVA: entre representatividad y producción académica

Resumen

La política de acción afirmativa representa una política pública ampliamente analizada por la opinión pública, la comunidad académica y otros espacios directamente involucrados en la efectividad del sistema de cuotas étnico-raciales, especialmente después de la aprobación de la Ley 12.711/2012, que

prevé su adopción en las instituciones. del sistema federal (Institutos e Instituciones de Educación Superior Federales). Sin embargo, como campo de estudios e investigaciones en el área de la política educativa, ante el apoyo de las acciones afirmativas por parte de los gestores de las instituciones de educación superior, aún representa un proceso en formación. Desde esa problematización, este artículo tiene como objetivo analizar esa proposición, a través de un levantamiento documental de Dossiers que involucran el tema y que fueron publicados entre los años 2003 y 2022, en revistas del área de política educativa y relaciones étnico-raciales, utilizando el siguientes descriptores: acción afirmativa, política de acción afirmativa y política de cuotas. Se evidenció que la representatividad de la política de acción afirmativa en las publicaciones seleccionadas se vincula directamente como sinónimo del sistema de cuotas étnico-raciales, sin considerar las especificidades que envuelven el área de análisis de las políticas educativas. Así no se pueden subsidiar las acciones de los directivos de las instituciones de educación superior pública.

Política de Acciones Afirmativas; Política educativa; Sistema de Cuotas Étnico-Raciales; Gestión pública.

INTRODUÇÃO

A trajetória da política educacional brasileira, entre os anos de 2010 e 2022, indica um processo de multiplicidade de agendas públicas que incluíram demandas étnico-raciais, reformas administrativas, curriculares, organizacionais do sistema educacional brasileiro, financiamento da educação, bem como a formação de professoras/es, caracterizando a trajetória da política educacional explícita (Garcia, 1981), na última década pela descontinuidade, ausência de projeto nacional coordenado, alterações sistemáticas na legislação e participação de distintos atores, com protagonismo direto do Conselho Nacional de Educação (2016 a 2022) e da própria Presidência da República, ao legislar por meio de Decreto, caracterizando uma prática autoritária e antidemocrática.

Neste período, é possível identificar que 8 (oito) Ministros da Educação estiveram à frente da Pasta, nos últimos 12 (doze) anos; as proposituras referentes a uma integração entre a educação básica e superior se mantiveram até o ano de 2014, sendo direcionadas, após este período somente a níveis,

etapas e modalidades específicas da educação. Além disso, a partir da aprovação do novo regime fiscal, que definiu o teto dos gastos públicos durante 30 (trinta) anos, em 2016, medidas de flexibilização curricular, formativa, na contratação de pessoal e ajustes quanto ao tempo de escolarização foram adotadas mediante a participação efetiva do Congresso Nacional, Senado, Presidência da República ou de pressão política de atores externos à esfera estatal e governamental, mesmo durante o ápice da pandemia de covid-19², que assolou o país.

Considerando a conjuntura educacional entre os anos de 2010 e 2022, de acordo com Mendes, Perrella e Cruz (2019) e Mainardes, Stremel e Rosa (2021), a amplitude dos estudos e pesquisas produzidos no campo de conhecimento, nesta última década, ainda apontam a desigualdade educacional entre determinados segmentos da população, como um fator determinante que comprometeu o processo de universalização da educação básica e democratização do ensino superior, já previstos na Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 e Plano Nacional de Educação - Lei 13.005/2014.

Essa constatação pode ser evidenciada, a partir dos indicadores educacionais oficiais da Educação Básica (PNAD Contínua) e do Ensino Superior (Censo Escolar do Ensino Superior 2020)³.

Quadro 1 - Taxas de matrícula, escolaridade e alfabetização por raça/cor

(Pnad Contínua 2019)

Taxas de matrícula, escolaridade e alfabetização por raça/cor (2019)				
Etapa	Média Brasil	Pretos	Pardos	Branco
Matrícula Educação Infantil (Creche -	37	40,3	33,2	40,7

² Na data de 02/08/2022, listaram 678.792 mortes e 33.856.805 casos conhecidos (Consórcio de veículos de imprensa, a partir de dados das secretarias estaduais de Saúde). Fonte: <<https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/>>.

³ Optou-se pela utilização de indicadores datados até o ano de 2020, ao considerar o impacto direto que a pandemia por covid-19 decretada em março daquele ano ocasionou no sistema educacional brasileiro e mundial. A esse respeito ver os estudos de Jeffrey e Siqueira (2022) e Gatti (2021).

0 a 3 anos)				
Matrícula Educação Infantil (Pré-Escola - 4 e 5 anos)	94,1	93,7	93,3	95,2
Matrícula Ensino Fundamental (Anos Iniciais - 6 aos 14 anos)	98	97,1	98	98
Concluintes Ensino Fundamental com 16 anos	82,4	77,5	79,6	87,3
Matrícula Ensino Médio (15 a 17 anos)	75,4	70,8	71,8	81,4
Concluintes Ensino Médio com 19 anos	69,4	61,4	63,9	79,1
Escolaridade: anos de estudo (Média população entre 18 e 29 anos)	11,8	11,4	11,2	12,4
População de 15 anos ou mais considerada alfabetizada	94,8	92,3	92,2	96,7

Fonte: IBGE/Pnad Contínua - 2019/Todos Pela Educação (2021).

Compilação: Jeffrey (2022).

O **Quadro 1** destaca os indicadores educacionais referentes à educação básica, com base na **Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílios (Pnad)**, em relação ao ano de 2019. Como se nota, a desigualdade educacional existente entre a população negra (preto/pardo)⁴ e branca, ainda chama atenção, apesar das políticas educacionais implementadas na última década.

No caso da educação infantil, considerando a aprovação da **Emenda Constitucional (EC) n.59⁵** de 11 de novembro de 2009, que torna obrigatório o ensino da população de quatro a dezessete anos, as matrículas na creche (0 a

⁴ Será utilizada a categoria negra/negro, conforme critério estabelecido pelo movimento negro e IBGE, que compreendem a autodeclaração do indivíduo como preto ou pardo, com base em seu fenotípico. A esse respeito ver Oliveira (2004), Petrucelli e Sabóia (2013) e Munanga (2008).

⁵ Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao **caput** do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm> Acesso em 03/08/2022.

3 anos), ainda não alcançaram os 41%, especialmente entre a população negra (preto e pardo), enquanto a pré-escola há indicativo de universalização, caso das matrículas do ensino fundamental, no ano de 2019.

No tocante ao ensino médio, o mesmo período, a desigualdade educacional entre negros e brancos foi expressiva, bem como a taxa de concluintes do ensino médio com 19 anos. Além disso, a média dos anos de escolaridade da população entre 18 e 29 anos, de acordo com os dados da Pnad Contínua (2019), ainda se apresenta abaixo do esperado: 14 anos, ressaltando também a desigualdade educacional existente entre a população negra e branca.

Em relação ao Ensino Superior, na última década (2010 a 2012), a efetivação da Lei de Cotas - Lei 12.711/2012 e a promulgação do Plano Nacional de Educação - Lei 13.005/2014, constituem um arcabouço legal que tornou a questão do acesso e permanência da população negra, neste nível de ensino, uma agenda pública, fundamentada nos princípios de **reparação histórica, diversidade, direito à educação** mediante a formulação e implementação da **política de ações afirmativas** nas Instituições do Ensino Superior (IES), que compõem o sistema federal de educação.

A **Tabela 1**, com base nos dados do Censo do Ensino Superior de 2020, apresenta as matrículas em Cursos de graduação presenciais e a distância por cor/raça, contribuindo à análise da dimensão da política educacional pelo viés das ações afirmativas destinadas à população negra, neste nível de ensino.

Tabela 1 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Cor/Raça (Censo Ensino Superior 2020).

Unidade da Federação Categoria Administrativa	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Cor/Raça (%)							
	Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Sem informação	Não declarado
Brasil								

Brasil	100	42,44	7,11	30,51	1,65	0,54	0,10	17,66
Pública	22,54	42,22	10,40	32,34	1,86	0,68	0,34	12,16
Federal	64,10	41,26	10,68	36,19	1,40	0,77	0,35	9,35
Estadual	31,88	42,53	10,59	26,23	2,87	0,52	0,37	16,89
Municipal	4,01	55,13	4,28	19,42	1,13	0,38	0,05	19,61
Privada	77,46	42,50	6,16	29,97	1,59	0,51	0,02	19,25

Fonte: Censo da Educação Superior (2020)

*Ano Base 2019.

Considerando os dados apresentados na **Tabela 1**, evidencia-se que embora a Lei 12.711/2012 tivesse completado um ciclo de 10 (dez) anos, as matrículas em cursos de graduação presencial e a distância no Brasil, referente ao ano base de 2019, majoritariamente estiveram alocadas em IES privadas (76,46%), seguido das públicas (22,54%) com destaque às IES federais, que concentram 64,10% destas. No entanto, referente às matrículas por raça/cor observa-se um avanço no número de matrículas entre a população negra em IES públicas, representando: 42,74% (preto: 10,40%+ pardo: 32,34%), em relação à população branca: 42,22%, no país, em 2019. Especificamente nas IES federais, o número de matrículas de estudantes negros, alcançou 46,87% (preto: 10,68% + pardo: 36,19%), superando o total de brancos: 41,26% matriculados.

Apesar dos dados apontados anteriormente, indicarem uma maior representatividade de estudantes negros/as nas IES públicas, especialmente nas federais, indicando um impacto significativo da adoção de uma política de ações afirmativa (Lei de Cotas - 12.711/2012) durante uma década, tanto nas IES públicas estaduais, quanto nas IES privadas, que não preveem a obrigatoriedade de implementação da referida Lei, os indicadores ainda apontam discrepâncias nas matrículas, no que tange a representativa racial.

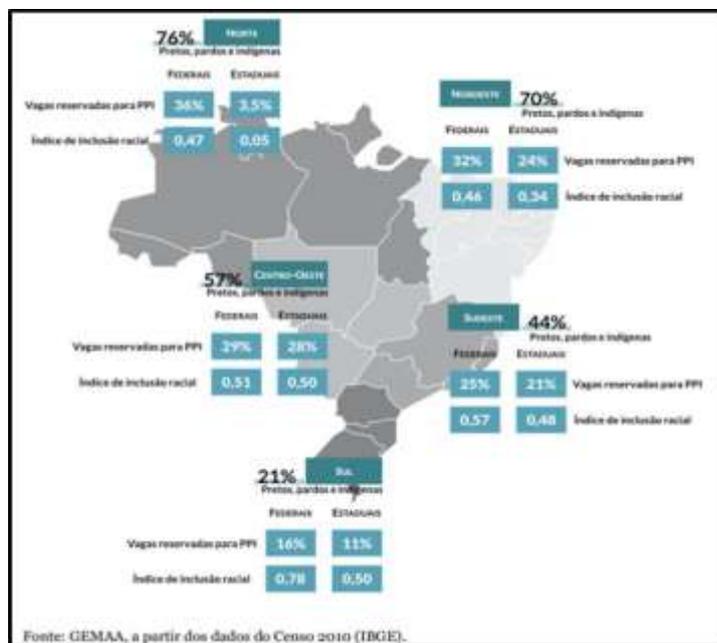
Nas IES estaduais, de acordo com os indicadores da **Tabela 1**, as matrículas da população negra representaram 37,12 % (preto: 10,59%+pardo: 26,23%), ante 42,53% da população branca. No caso das IES privadas, que representaram no Brasil em 2019, 77,46% das matrículas, destas 36,13% eram negras (preto: 6,16%+pardo: 29,97%), diante de 42,50% brancas.

A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS: ENTRE A REPRESENTATIVIDADE E A PRODUÇÃO ACADÊMICA.

Apesar dos avanços alcançados em uma década, após a adoção da Lei de Cotas - 12.711/2012, em particular nas IES públicas federais, a representatividade da população negra ainda não é majoritariamente representativa nas IES do país, em torno de 56,1% (preto: 9,1% e pardo: 47%), de acordo com levantamento da Pnad Contínua 2020-2021 (2022). Diante dos aspectos apresentados, a agenda pública envolvendo o estabelecimento das políticas de ações afirmativas entre as IES públicas federais, estaduais e privadas mostram-se distintas, quando se analisam os indicadores em cada categoria administrativa.

A **Figura 1**, elaborada pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA, 2021) contribui no entendimento de tal problemática: a representatividade da população negra, indígena e o índice de inclusão racial nas IES públicas (federal e municipal)

Figura 1 - Composição racial, cotas para PPIs e IIR por região em 2019 (GEMAA- 2021)



Sendo assim, entende-se que se na educação básica, na última década (2010 a 2022), a agenda pública no que se refere à política educacional, a questão racial e, conseqüentemente a desigualdade educacional entre a população escolar negra não esteve pautada nas principais iniciativas da esfera federal, apesar do estabelecimento da Lei nº 12.288/2010⁶ (Estatuto da Igualdade Racial), Lei nº10.639/2003⁷ (Obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira no currículo oficial), Lei nº 11.645/2008⁸ (Obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo oficial), Lei 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação), que não preveem nenhum mecanismo regulatório, de monitoramento, avaliação ou

⁶ Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

⁷ Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

⁸ Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

coordenação federativa junto aos entes federados (União, Estados e Municípios), sem qualquer vinculação a programas suplementares, que possibilitasse a adoção de políticas de ações afirmativas neste nível de ensino.

Especificamente no Ensino Superior, apesar da implementação da Lei 12.711/2012 nas IES públicas federais, que previa mecanismo regulatório, de monitoramento e avaliação, esta também não esteve vinculada em nenhum momento à uma política nacional de ações afirmativas, priorizando assim, somente o acesso da população negra à este nível de ensino, sem considerar o processo de desigualdade educacional existente na educação básica, incluindo somente a variável racial e socioeconômica como critérios de seleção.

Portanto, se a Lei de Cotas - nº12.711/2012 imputa responsabilidades normativas, administrativas e acadêmicas em IES vinculadas ao sistema federal de educação, tornando obrigatória a reserva de vagas aos candidatos que se autodeclararem pretos, pardos, indígenas e/ou deficientes, no caso das IES públicas estaduais e privadas não há normativa ou qualquer tipo de orientação para a este procedimento, nem previsão de mecanismos de regulação, monitoramento e avaliação institucional, sendo a adesão “voluntária” a tal prática.

Neste caso, se aplica o princípio da **autonomia universitária as universidades** previsto no Artigo 207⁹ da Constituição Federal de 1988, que prevê a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial de cada IES. A esse respeito, Raniere e Lutaif (2019), compreendem que:

Na história da universidade brasileira, a tensão entre autonomia e controle sempre esteve presente. Num país com pouca e recente tradição universitária, sem adequada compreensão de que a autonomia é condição inerente ao desenvolvimento da pesquisa e do ensino, afigura-se difícil aceitar a existência de ente público autônomo em relação àquele que o financia (RANIERE; LUTAIF, 2019).

⁹ Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. § 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. § 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.

Sendo assim, ao considerar os aspectos destacados por Raniere e Lutaif (2019), com relação à autonomia universitária no tocante a adesão à política de ações afirmativas, bem como ao sistema de reserva de vagas de cotas étnico-raciais e deficiência, não se encontra indicativo de que este processo representou um entrave para viabilizar a iniciativa, principalmente devido à ausência de dotação orçamentária para tal desígnio, conforme pode ser evidenciado nas **Figura 2** - adoção de ação afirmativa nas universidades federais e **Figura 3** - adoção de ação afirmativa nas universidades estaduais.

Figuras 2 - Adoção de ação afirmativa nas universidades federais
GEMAA (2021)

Tabela 9: Meio de adoção da ação afirmativa nas universidades federais

Meio de adoção da AA	N	%
Resolução interna	39	58
Lei federal 12.711	28	42
Total	67	100

Fonte: GEMAA

Figura 3 - Adoção de ação afirmativa nas universidades estaduais
GEMAA (2021)

Tabela 6: Meio de adoção da ação afirmativa nas universidades estaduais

	N	%
Resolução interna	19	49
Lei estadual	19	49
Não se aplica ⁵	1	3
Total	39	100%

Fonte: GEMAA

Diante deste fato, o entendimento que a política de ações afirmativas conforme assinalado por Jeffrey (2022) pode ser definido como o estabelecimento de normas, regras, organização administrativa, ordem social e representativa destinada à garantia de direitos e reparação histórica pelo Estado, Poder Público e sociedade, mediante ações específicas a segmentos minorizados da população, resulta em um processo de mobilização e articulação política entre distintos setores, de modo a assegurar: **o acesso**, via sistema de reserva de vagas por meio de cotas étnico-raciais e deficiência; **a permanência** e **a representatividade** de grupos que atendem aos critérios de seleção.

A ausência do estabelecimento de uma política nacional de ações afirmativas, centralizou no acesso de candidatos negros/os, indígenas e deficientes, o princípio e o desenho de proposições distintas que em cada universidade federal e estadual no Brasil que adotou a iniciativa, seja por força da Lei 12.711/2012 ou pela mobilização política de distintos segmentos da população, legitimou uma proposta independente, sem que considerasse necessariamente os elementos essenciais, destacados por Aguilar Villanueva (2003a), tais como: intencionalidade, planejamento, normativas, definição de estratégias de ação coletiva.

Portanto, ao considerar a fragilidade da política educacional e seu desdobramento na constituição de políticas de ações afirmativas, tendo em vista o enfrentamento da desigualdade educacional na educação básica, na garantia ao acesso, permanência e representatividade de segmentos minorizados da população, a formulação de uma agenda pública tendo a pauta racial como foco central, não se legitimou, nem mediante a aprovação da Lei 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) e da Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas), que poderiam induzir através de sua intencionalidade o debate, a definição de estratégias de ação coletiva, planejamento e normativas complementares, conforme apontado por Aguilar Villanueva (2003).

Tal problemática repercutiu nos processos que envolvem a análise de política e análise da política (HAM; HILL, 2022), bem como na inclusão da temática no campo de estudos e pesquisas em política educacional, de acordo

com Mainardes, Stremel e Rosa (2021) que identificaram temáticas correlatas, entre os anos de 2010 e 2020 identificadas em periódicos especializados na área, com destaque à “Políticas de Inclusão e diversidade” e “Políticas de Igualdade Racial”.

No entanto, ao ampliar os descritores aos termos **ação afirmativa**, **ações afirmativas** e **política de cotas**, entre periódicos especializados na área educacional, de relações étnico-raciais, e de trabalhos científicos (comunicação e pôster) aprovados na Associação Nacional Pós-Graduação e Pesquisa¹⁰, há um número significativo de produções, nas plataformas digitais.

Quadro 2 - Produções com descritor: ação afirmativa, ações afirmativas, política de ações afirmativas e política de cotas.

Base de Dados	Período de levantamento	Palavras-chave	Número de produções catalogadas	Característica das produções
Revista da Associação Brasileira das/os Pesquisadoras/es Negras/os (ABPN)	2010 a 2021	ação afirmativa, ações afirmativas, política de ações afirmativa	85	Estudos sobre ações afirmativas, políticas de inclusão, formas de ingresso, bancas de averiguação e heteroidentificação
Revista de Formação em Movimento - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE	2019 a 2021	políticas de inclusão, ações afirmativas e cotas étnico-raciais.	0	-
Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)	2011 a 2021	ação afirmativa, ações afirmativas, política de cotas	5	políticas educacionais e ações afirmativas de forma geral

¹⁰ A ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - é uma entidade sem fins lucrativos que congrega programas de pós-graduação stricto sensu em educação, professores e estudantes vinculados a estes programas e demais pesquisadores da área. Ela tem por finalidade o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social. Dentre seus objetivos destacam-se: fortalecer e promover o desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa em educação, procurando contribuir para sua consolidação e aperfeiçoamento, além do estímulo a experiências novas na área; incentivar a pesquisa educacional e os temas a ela relacionados. promover a participação das comunidades acadêmica e científica na formulação e desenvolvimento da política educacional do País, especialmente no tocante à pós-graduação. Fonte: <<https://www.anped.org.br/sobre-anped>>. Acesso em: 08/08/2022.

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	2009 a 2021	ação afirmativa, ações afirmativas	34	Estudos sobre ações afirmativas, políticas afirmativas e formas de acesso no ensino superior, além de debates sobre fraude
Periódico CAPES	2001 a 2021	ação afirmativa, ações afirmativas, cotas raciais na pós-graduação	85	Estudos em diversas áreas sobre ações afirmativas: jurídico, educação, análises de desempenho; estudos de caso
Educ@ - Publicações online de educação	2009 a 2022	ação afirmativa, ações afirmativas, política de cotas	47	Estudos sobre ações afirmativas, políticas de cotas e inclusão
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação	2003 a 2021	ação afirmativa, ações afirmativas, política de cotas	GT - 21 Educação e relações étnico-raciais - 10 GT 11- Educação Superior - 10 GT 5 - Estado e Política Educacional - 0 Total: 20	Estudos de ações, afirmativas e políticas de cotas; estudo de caso; ensino superior
Total de produções catalogadas	276			

Fonte: Jeffrey (2022)

Como se nota no **Quadro 2**, entre as bases de dados pesquisados, a temática “ações afirmativas” começa a se firmar como um subcampo de estudos e pesquisas em política educacional com destaque ao sistema de reserva de vagas por cotas étnico-raciais, desempenho estudantil de cotistas, estudos de caso e recentemente o procedimento de heteroidentificação. Contudo, apesar da identificação de 276 publicações catalogadas, chama atenção o fato de periódicos como, “RBPAE”, apresentar somente 5 publicações, “Revista de Formação em Movimento” e “GT 5 - Estado e Política Educacional” da ANPED, não ter nenhuma publicação no período.

Evidencia-se, assim, a desvinculação da temática “política de ações afirmativas”, no campo de estudos e pesquisas em política educacional, mesmo após a aprovação da **Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial)**, **Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas)** e **Lei 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação)**, que fundamentam a constituição e sistematização de uma política nacional de ações afirmativas no Brasil. Este fato, na análise de Vieira e Vieira

(2013) pode ser compreendido como uma consequência de debates que encontram na utilização das cotas raciais um “calcanhar de Aquiles” a ser destruído pelos críticos ou protegido por seus defensores.

Os referidos autores, ainda a esse respeito, apontam a existência de algumas complexidades, no tocante a análise das políticas de ações afirmativas:

- a) A dificuldade de utilização de técnicas de avaliação de políticas públicas que contemplem as especificidades da área no campo das análises acadêmicas;
- b) Cenário polarizado das ações afirmativas por setores não-governamentais, que leva à distinção entre as políticas de ações afirmativas e as iniciativas de ações afirmativas, estas majoritariamente predominantes;
- c) Ausência de “cristalização” do conjunto de políticas públicas de ação afirmativa.

O reconhecimento da ação afirmativa como uma prática política de natureza e dimensão prática específica no que tange o combate às desigualdades raciais, conforme assinalou Vieira (2003), contribui, significativamente, na identificação do que Gomes (2003), denominou como “estratégias de reversão das desigualdades raciais e de luta contra o racismo”, mediante o entendimento do contexto das políticas sociais brasileiras.

A esse respeito, Vieira (2003), chama atenção sobre a importância da análise de ações afirmativas, a partir do campo político em que se inserem, sem que se concentrem somente na descrição das características da sociedade ou das próprias ações afirmativas. Com base neste pressuposto, foi realizado um levantamento de Dossiês¹¹ com os descritores: **política de ações**

¹¹ Tipo de publicação em periódico em que se destaca uma temática principal.

afirmativas, ações afirmativas, política de cotas, no Portal Capes de Periódicos¹², Plataforma Scielo¹³ e Site de buscas: Google¹⁴.

Destaca-se entre os principais critérios de busca: a importância destes na disseminação de conhecimento científico, pesquisas, número de acessos. A partir deste levantamento foram identificados os seguintes Dossiês, apresentados no **Quadro 3 - Dossiê Temático: Política de Ações Afirmativas, Ações Afirmativas, Política de Cotas Étnico-Raciais**:

Quadro 3 - Dossiê Temático: Política de Ações Afirmativas, Ações Afirmativas, Política de Cotas Étnico-Raciais (2008 a 2022)

Nome do Periódico	Área	Ano	Dossiê Temático	Área	Objetivos	Informações Gerais	Link
1.ComCiência - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico	Multidisciplinar	abril 2022	Dossiê Ações Afirmativas	ComCiência é uma revista digital do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Unicamp em parceria com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).	X	Política de cotas, estudos de caso de ações afirmativas, reflexão da temática	https://www.comciencia.br/clique-aqui-para-ler-o-conteudo-do-dossie-acoes-afirmativas/#more-8209
2.Revista Educação e Políticas em Debate	Política Educacional	março 2022	Política de Ações Afirmativas em Instituições do Ensino Superior (IES): em debate o acesso e a equidade	Revista Eletrônica vinculada à Linha de Pesquisa Estado, Políticas e Gestão em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. As abordagens temáticas veiculadas pelo periódico são destinadas principalmente aos estudiosos e pesquisadores brasileiros e estrangeiros da área de políticas educacionais, mas também aos demais interessados pela área de educação e humanidades em geral.	O Dossiê “Política de Ações Afirmativas em Instituições do Ensino Superior (IES): em debate o acesso e a equidade”, envolve a temática com o objetivo de: a) abordar as políticas de cotas étnico-raciais e de pessoas com deficiência; b) promover o debate acerca das políticas de ações afirmativas e as possibilidades de promoção da diversidade e da inclusão no Ensino Superior.	Análise da política, estudos de caso, procedimento de heteroidentificação	https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/issue/view/2240
3.Revista da ABPN	Multidisciplinar	abril 2021	Caderno Temático "Políticas de Ação Afirmativa: Análises e Proposições"	Seu principal objetivo é dar visibilidade às discussões sobre relações raciais a partir da produção de pesquisadores(as) e intelectuais negros(as), bem como de outros(as) comprometidos(as) com a promoção da equidade racial e a produção de conhecimento sobre África e diásporas africanas, em escalas nacional e internacional.	Ao compreendermos a necessidade de produção e disseminação de temas referentes às políticas de ações afirmativas, envidamos esforços para reunir trabalhos e investigações que refletissem essas dinâmicas em instituições de ensino e nas experiências educacionais e socioculturais.	Política de Ações Afirmativas; Política de Cotas; Procedimento de Heteroidentificação	https://abpnrevista.org.br/index.php/site/issue/view/45
		outubro 2021	Caderno Temático “O Legado das Ações Afirmativas - trajetórias de (re)existências negras”		Esta publicação resulta da contribuição crítica e criativa de cada autor(a) que se dispôs a compartilhar trajetórias de (re) existências negras como um legado das ações afirmativas. Esse é um legado compartilhado por jovens negros(as), mulheres negras, quilombolas e professores(as), especialmente das nossas universidades públicas e institutos federais. Isso evidencia a potencialidade desses espaços e de quem os compõe.	Trajetória Educacional; Política de Inclusão	https://abpnrevista.org.br/index.php/site/issue/view/48

¹² <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?>

¹³ <https://www.scielo.br/>

¹⁴ <https://www.google.com.br/webhp?tab=mw&authuser=0>

4. Revista de Direito	Direito	jun. 2021	Dossiê ações afirmativas raciais, racismo estrutural e o Direito: reflexões sobre as políticas públicas raciais e seus impactos na sociedade	A Revista de Direito da Universidade Federal de Viçosa, periódico que passa a seguir o fluxo contínuo de recebimento e publicação a partir do ano de 2020, atua como importante meio de difusão da produção jurídica nacional, pois tem recebido artigos jurídicos de diferentes regiões do Brasil e exterior provenientes das mais diversas e consolidadas instituições.	Reflexões sobre as políticas públicas raciais e seus impactos na sociedade.	Cotas raciais; Ações Afirmativas na Pós-Graduação; Racismo; Dsigualdade Racial; Representatividade Negra.	https://periodicos.ufv.br/revistadir/issue/view/450
5. Repecul - Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura	Educação	fev./2021	As Comissões de Heteroidentificação Étnico-Racial de Autodeclaração ou no Sistema de Cotas para negros e negras: divergências, convergências e efetividade	É um periódico eletrônico editado pelo Gpesurer, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) e publicado pela Edur (Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) através do Portal Costa Lima da UFRRJ - dirigido ao público acadêmico e em geral, publicando artigos, dossiês temáticos, ensaios, resenhas e pesquisas em educação, contribuindo para a divulgação de conhecimentos produzidos nessa área temática.	Tem por objetivo reunir e compartilhar trabalhos que abordam o estágio atual das políticas de ação afirmativa, com foco na população negra. Reflete, especificamente, a heteroidentificação étnico-racial, que inaugura uma nova fase no processo de implementação das políticas de ação afirmativa. O tema das Comissões de Heteroidentificação é polêmico e controverso, no entanto, diante das inúmeras denúncias de fraudes, ou burlas nessas políticas, gradualmente, ele tem sido amplamente discutido e, com a compreensão da importância desse instrumento que vem sendo adotado pelas instituições	Políticas Afirmativas; Cotas Étnico-raciais; Procedimento de Heteroidentificação	http://costalima.ufrrj.br/index.php/RPEPULT/article/view/778
6. E-hum	Humanidades	jan./jul. 2021	Dossiê: A Luta Antirracista e as ações afirmativas para a igualdade racial	A revista ehum é um periódico vinculado ao Unibh, gerida pela pós-graduação desta instituição. Transcrições documentais comentadas, resenhas e entrevistas.	O Dossiê insere-se no contexto da luta antirracista e na responsabilidade de soluções para os problemas sociais, históricos. O periódico publica edições semestrais e recebe materiais em fluxo contínuo nas seguintes seções: artigos de dossiês temáticos, artigos livres, relacionados à discriminação da população negra.	Relações Étnico-Raciais; Ações Afirmativas	https://revistas.unibh.br/dchla/issue/view/166/showToc
7. Novos Estudos CEBRAP	Multidisciplinar	Mai./Agosto. 2020	Dossiê Raça, desigualdades e políticas de inclusão	É um periódico multidisciplinar de ciências humanas, direito, literatura e artes. A revista tem como objetivo apresentar análises aprofundadas de temas das ciências humanas e acompanhar o debate de ideias no país, contribuindo para o adensamento das discussões num amplo leque de temas, das artes plásticas às políticas públicas.	Analisar as consequências das ações afirmativas no Ensino Superior, o seu efeito na superação das desigualdades sociais, nas relações internas nas universidades, bem como sua imagem diante da opinião pública.	Coletivos negros, procedimento de heteroidentificação, mobilidade social	https://novos estudos.com.br/produto/117/
8. Praia Vermelha	Serviço Social	Jan./Jun. 2020	Dossiê Políticas de Ações Afirmativas: experiências e desafios	A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.	O objetivo deste dossiê é reunir artigos que apresentem uma reflexão sobre os dilemas, significados, disputas e impasses pertinentes à implantação de políticas de ações afirmativas no Brasil.	Direitos Humanos, Direitos Indígenas, Movimento Negro, Ações Afirmativas, Ensino Superior, Estudo de Caso	https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/view/1231/showToc
9. O Social em Questão	Serviço Social	Jan./Abril. 2017	Ações afirmativas, movimentos sociais e reconhecimento - Estudos contemporâneos	A Revista O Social em Questão é a publicação oficial do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A Revista tem como missão publicar debates, análises e resultados de pesquisa sobre temas considerados relevantes para as áreas de Serviço Social e afins e está aberta a temas interdisciplinares das Ciências Sociais.	O presente número da Revista O Social em Questão traz artigos que analisam as políticas de ação afirmativa implementadas no Brasil e o papel protagonista dos movimentos sociais no processo de implementação, consolidação e manutenção dessas políticas. Portanto, o dossiê apresenta artigos que trazem reflexões relevantes no campo das ações afirmativas e sua importância no enfrentamento das desigualdades sociais, raciais, étnicas, das pessoas com deficiência e dos grupos LGBT	Política de Ações Afirmativas; Política de Cotas; Movimentos Sociais; Relações Étnico-racial	https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_OSQ.php?strSecao=Sobre

10. Ciências Sociais Unisinos	Ciências Sociais	mai./ ago. 2016	Ações afirmativas, movimentos negros e os caminhos da promoção da igualdade racial	Ciências Sociais Unisinos é uma publicação quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e dedica-se a publicar artigos inéditos que contribuam para a reflexão e o estudo interdisciplinar das Ciências Sociais.	O presente dossiê tem como objetivo abordar as ações afirmativas de uma maneira ampla e diversificada, apontando tanto o papel desempenhado pelos movimentos negros no desenvolvimento de uma agenda pública de defesa e discussão destas políticas, quanto os efeitos dessas políticas na diminuição das desigualdades raciais e/ou no reconhecimento da diversidade étnico-racial. Referimos às ações afirmativas como políticas públicas que se destinam a corrigir uma história de desigualdades e desvantagens vinculada aos efeitos do racismo sofrida por segmentos negros e indígenas da população.	Movimento negro e ações afirmativas, política de ações afirmativas, estudo de caso, desigualdade racial	https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/issue/view/577
11. Revista TOMO	Ciências Sociais	jan./ jul 2014	Dossiê Ações Afirmativas no Brasil	A Revista TOMO é um periódico semestral publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Tem por objetivo divulgar a produção de conhecimento científico e estimular o diálogo e o debate no campo das Ciências Sociais e áreas afins.	Nosso propósito aqui foi o de congregar artigos que possam tanto discutir casos específicos como dar eco a estudos comparados, de maneira a refletir o estágio atual do conhecimento sobre o tema nas ciências humanas brasileiras. Isso parece-nos ser uma tarefa fundamental na conjuntura atual brasileira, uma vez que discussões qualificadas para tornar o debate atual sobre as ações afirmativas menos marcado pelo tom passional e mais próximo dos resultados empíricos de pesquisas.	Política de Ação Afirmativa; Ação Afirmativa; Política de Cotas; Estudo de Caso	https://seer.ufs.br/index.php/tomo/issue/view/320
12. Revista Política e Trabalho	Ciências Sociais	out. 2010	Dossiê Ações Afirmativas	A Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho é a publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB. A Política & Trabalho se destina a promover o intercâmbio de conhecimento entre brasileiros e estrangeiros, sejam eles pesquisadores ou público interessado.	Os artigos que compõem este dossiê abordam diferentes aspectos da implantação das ações afirmativas no Brasil, em especial no campo da educação superior pública. Do debate teórico sobre a importância e o impacto das cotas nas IES públicas à avaliação de experiências, passando pela análise da construção dos posicionamentos favoráveis ou contrários a elas.	Ações Afirmativas; Cotas étnico-raciais	https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/issue/view/774
13. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar	Sociologia	Jul./Dez 2011	Dossiê Relações Raciais e Ação Afirmativa	Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar tem por objetivo veicular a produção de pesquisadores/as nacionais e estrangeiros criando diálogos sobre temas de fronteira das ciências sociais. A revista é particularmente aberta a abordagens emergentes sobre novos conflitos sociais, diferenças de gênero, sexualidade, raça/etnia assim como outras formas de desigualdade, deslocamentos, processos migratórios, territorialidades e mobilidades, religiosidades, sustentabilidade, transformações no trabalho e nas profissões, violência, novas articulações entre teoria e empiria, revisões teóricas a partir dos desafios de pesquisa do presente e novas configurações do Estado e formas de governança.	Os artigos que o compõem procuram associar reflexões das ciências sociais com os debates públicos em relação à cidadania, igualdade, educação - em especial os discursos sobre diversidade e diferença que atravessam na contemporaneidade as políticas educacionais, as ações afirmativas e a mídia e os novos embates que surgiram no chamado "campo das relações étnico-raciais"	Ação Afirmativa; Movimento Negro; Diferença e Diversidade	https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/32
14. Revista Estudos Feministas	Multidisciplinar	set./dez . 2008	Dossiê 120 anos da Abolição da Escravidão no Brasil	Tem por objetivo divulgar a vasta produção de conhecimento nesses campos de estudos e busca oferecer subsídios aos debates teóricos da área, bem como instrumentos analíticos que possam contribuir às práticas dos movimentos sociais de mulheres, feministas, de gênero e sexualidades.	É sob essa inspiração que organizamos o presente dossiê, contemplando a voz plural de 13 colaboradoras - 9 mulheres e 4 homens -, que, em 8 artigos, condensam as mais diferentes experiências e formulações no prisma da afirmação da igualdade e da justiça racial. No sentido de enriquecer e fomentar o debate público acerca da construção da igualdade racial, o dossiê "120 anos da Abolição da Escravidão no Brasil: um processo ainda inacabado" está estruturado em duas partes.	Ações Afirmativas; Mulheres Negras	https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/1131

Fonte: Jeffrey (2022)

Ao acessar aos Dossiês destacados no **Quadro 3**, corrobora-se os tipos de estudos que caracterizam a análise da **política de ações afirmativas/ações**

afirmativas apontados por Vieira (2003), com predomínio de reflexões e debates multidisciplinares, com ênfase na área de ciências humanas (sociologia, ciências sociais, serviço social e direito), sendo que, especificamente a educação, bem como a política educacional passam a problematizar a área recentemente.

Embora, estudos como de Freitas et al. (2021) resultante de um levantamento sobre políticas de ação afirmativa nas Universidades federais e estaduais, referente ao ano de 2019, evidenciando um crescimento da ordem de somente 0,7% da proporção de vagas reservadas (PPI - Pretos, Pardos e Indígenas), nas Universidades federais; e um incremento de 7% nas Universidades estaduais, em comparação ao ano de 2018, a produção de conhecimento na área, a partir do levantamento realizado, seguiu restrita ao debate da política de cotas raciais (reserva de vagas étnico-raciais) no contexto brasileiro, com ênfase nas formas de acesso das/dos candidatas/os, desempenho acadêmico de estudantes em Cursos de Graduação, experiências de cursos de extensão, relevância do movimento e coletivo negro no que se refere à representatividade e mais recentemente, no tocante ao procedimento de heteroidentificação.

Por outro lado, a gestão universitária, os conflitos, os consensos, as condições de permanência estudantil, a integração comunitária, a identificação das formas de enfrentamento ao racismo institucional, o desenho de políticas de ações afirmativas universitárias, ainda não foram identificadas como temáticas centrais, nos Dossiês analisados.

Referente a tais aspectos, Silva (2003) entende que a presença de jovens e grupos que estavam impedidos de frequentar a universidade deve levar ao questionamento da produção de conhecimento, ao redimensionamento das atividades acadêmicas e científicas, bem como as ideologias, teorias e metodologias que as sustentam historicamente, sendo necessária a avaliação de planos de ações afirmativas na dimensão da igualdade racial, tendo em vista:

- A identificação da diminuição da discriminação contra negros;

- Verificar se a destinação de recursos trouxe benefícios aos estudantes, à produção de conhecimento;
- Evidenciar se houve avanço no nível na identificação dos problemas sociais, busca de soluções;
- Avaliar se os serviços oferecidos têm atendido “a diversidade”
- A observação quanto a discussão sobre temáticas raciais, seus objetivos e tipo de encaminhamento dado em diferentes instâncias.

Cada um dos aspectos destacados por Silva (2003) implica em processo de produção acadêmica que integre elementos essenciais na análise de política educacional, propiciando a constituição de uma episteme capaz de subsidiar as ações de gestores universitários, com foco central a representatividade, a garantia de direitos e mudança de cultura institucional.

Para Plata e Flach (2019) e Pinheiro (2020), essa é uma dinâmica relativamente recente, pautada na política pública em evidência, no qual estudos e pesquisas são compreendidos como ferramentas/instrumentos úteis aos atores interessados e envolvidos no processo político.

No entendimento de Mello et al. (2020), as evidências científicas devem ser valorizadas e reconhecidas pelos agentes políticos como elementos importantes na compreensão da realidade, contribuindo desde o aprimoramento do desenho à implementação de políticas públicas.

Em relação à produção de evidências científicas para subsidiar as políticas públicas, Mello et al. (2020) ressaltam a confiabilidade dos estudos e pesquisas utilizados para subsidiar a tomada de decisão válida, devido a utilização de métodos, critérios de publicidade (divulgação pública), sistematização e validação pela comunidade de especialistas os resultados dos trabalhos. Daí, a importância da ampliação de estudos e pesquisas que contemplem as temáticas: *ações afirmativas*, *política de ações afirmativas*, bem como a *política de cotas*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão universitária, os conflitos, os consensos, as condições de permanência estudantil, a integração comunitária, a identificação das formas de enfrentamento ao racismo institucional, o desenho de políticas de ações afirmativas universitárias, ainda não foram identificadas como temáticas centrais, nas produções acadêmicas que foram objeto de análise neste artigo.

Compreendendo que a política educacional resulta de um processo político estruturado por redes de interesses, ciclos, práticas discursivas, entre outros aspectos, a consolidação da produção acadêmica em política de ações afirmativas nesta perspectiva se faz necessária como um instrumento de representatividade, formação, garantia de direitos, mediante sua sistematização e problematização, conferindo evidências fundamentais a sua análise, subsidiando, assim a gestão universitária, no que concerne:

1. A tomada de decisões, o estabelecimento de marco normativo capaz de orientar as ações políticas e administrativas;
2. Promoção de mudanças na cultura institucional, tendo como princípio: a reparação histórica, o direito à educação, a garantia do acesso, permanência, representatividade e combate às desigualdades educacionais e raciais (racismo institucional, preconceito e discriminação) da população negra em universidades, especialmente às públicas no Brasil;
3. O estímulo de práticas intersubjetivas que favoreça a formulação de uma nova epistemologia e representatividade no espaço universitário;
4. Os processos formativos, inter-relacionais e diversidade na IES.

REFERÊNCIAS

AGUILAR VILLANUEVA, Luis F (Estudo introdutório e edição). *Problemas públicos e agenda de governo*. 1ª reimp. Distrito Federal, México: Miguel Ángel Porrúa, 2003.

COLEBATCH, H. K. *Policy*. 3 ed. Nova York, EUA: Open University, 2009.

GARCIA, Walter. *Educação: visão teórica e prática pedagógica*. São Paulo: McGraw-Hill, 1981.

GATTI, Bernadete. Angelina. Desafios da educação na pandemia e na pós-pandemia. *Revista Nova América*, v. 169, p. 33-36, 2021. Disponível em: <<http://www.novamerica.org.br/ong/wp-content/uploads/2021/03/0169.pdf>>. Acesso em: 01/12/ 2021.

GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA AÇÃO AFIRMATIVA. *Políticas de Ação Afirmativa nas Universidades Federais e Estaduais (2013-2019)*. Rio de Janeiro: UERJ/IESP. Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2021/12/Políticas-de-Acao-Afirmativa-nas-Universidades-Federais-e-Estaduais-2013-2019.pdf> Acessado em 04/08/2022.

HAM, Christopher; HILL, Michael. *O processo de elaboração de políticas no estado capitalista moderno*. Trad. Renato Amorim e Renato Dagnino. Rev. Renato Dagnino. [mimeo] Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5894487/mod_resource/content/1/Ham_Hill_completo.pdf>. Acesso em: 13/07/2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Características dos moradores 2020-2021*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em <<https://static.poder360.com.br/2022/07/populacao-ibge-2021-22jul2022.pdf>>. Acesso em: 04/08/2022.

JEFFREY, Debora. A política de ações afirmativas na perspectiva da política educacional: a intersubjetividade em questão. 70fls. Tese de Concurso de Professor Titular - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Mimeo: Campinas, SP, 2022.

JEFFREY, Debora. A política de ações afirmativas: ainda um direito? *Comciência* dossiê ações afirmativas. 13 abr.2022. Disponível em <https://www.comciencia.br/autonomia-universitaria-e-seus-percalcos/> Acesso em 05/08/2022.

JEFFREY, Debora.; SIQUEIRA, Ivan Claudio Pereira. A POLÍTICA EDUCACIONAL: análise de orientações oficiais durante a pandemia de Covid-19. *Revista Exitus*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. e 022030, 2022. DOI: 10.24065/2237-9460.2022v12n1ID1862. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1862>>. Acesso em: 3/08/ 2022.

MAINARDES, Jefferson; STREMEI, Silvana; ROSA, Gregory Luis Rolim. A pesquisa sobre a disciplina política educacional no Brasil: situação e perspectivas. *RBPAE*, v. 33, n. 2, p. 287 - 307, mai./ago. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/71495>> Acesso em: 27/02/2021.

MENDES, Valdelaine; PERRELLA, Cileda dos Santos Sant'Anna; CRUZ, Rosana Evangelista. A delimitação do objeto na pesquisa em política educacional. *Jornal de Políticas Educacionais*. v. 13, n. 8. fev. 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/64426>> Acesso em: 20/07/2022.

MELLO, Janine et. al. O uso e o não uso de evidências pelos governos como decisão política. *Nexo Jornal*. 02 Out 2020 (08 Dez 15h39). Disponível em: <<https://pp.nexojournal.com.br/ponto-de-vista/2020/O-uso-e-o-n%C3%A3o-uso-de-evid%C3%Aancias-pelos-governos-como-decis%C3%A3o-pol%C3%ADtica>> Acesso em 28/02/2021.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. *Estudos Avançados* [online]. 2004, v. 18, n. 50, pp. 57-60. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100006>>. Acesso em: 12/06/2022.

PLATA, Katharine. Gomes; FLACH, Simone de Fátima. Apontamentos sobre epistemologia: algumas contribuições para a análise de políticas educativas. *Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 4, p. 1-15, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/retepe>> Acesso em 27fev. 2021.

PETRUCCELLI, José Luis; SABÓIA, Ana Lúcia (org.). *Características Étnico-raciais da População: Classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>> Acesso em: 03/08/2022.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco; LUTAIF, Michel Kurdoglian. A autonomia universitária e seus percalços. *Comciência* dossiê universidade pública. 9 jul.2019. Disponível em <https://www.comciencia.br/autonomia-universitaria-e-seus-percalcos/>> Acesso em 05/08/2022.

SARAIVA, Enrique. Política Pública: dos clássicos às modernas abordagens. Orientações para a leitura. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.). *Políticas públicas: coletânea*. Brasília: ENAP, 2006, p. 13-42.

SILVA, Petronilha Gonçalves. Negros na universidade e produção do conhecimento. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; ____ (org.). *Educação e ações*

afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, p. 43-54. Disponível em <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/educacao_acoes_afirmativas.pdf> Acessado em 11/08/2022.

VIEIRA, Andréa Lopes da Costa; VIEIRA, José Jairo. Políticas Educacionais de Ação Afirmativa no Brasil. Por quais caminhos? In: JEFFREY, Debora Cristina; AGUILAR, Luis Enrique (orgs.). *O balanço da política educacional brasileira (1999-2009)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013, p. 137-158.

Recebido em: 26/09/2022

Aprovado em: 23/01/2023

Publicado em: 10/03/2023